

A GRAMÁTICA GERATIVA - HISTÓRIA NO BRASIL E ESTADO DA ARTE.

Carlos Franchi

1. Como foi o seu início na lingüística e em que momento ocorreu sua adesão à Gramática Gerativa?

Em minha graduação em Letras, no início dos 50, não houve sequer introdução à lingüística, em sentido mais restrito.¹⁰ Durante o curso e já formado, praticava uma razoável filologia, o fichamento e descrição enumerativa de fatos do Português escrito (sobretudo medieval e quinhentista), o estudo tradicional da gramática histórica do português e do latim, a análise gramatical de textos literários clássicos. Liam-se, do que me vem logo à memória, Leite de Vasconcellos, Carolina Michaelis, José Joaquim Nunes, Sousa da Silveira, Serafim da Silva Neto, Said Ali, Sílvio Elia, Antenor Nascentes, Teodoro Maurer, Menendez Pidal, Amado Alonso e outros autores traduzidos para o espanhol.

Necessidades profissionais do magistério secundário – o ensino da gramática e, na USP, a regência de aulas em “Didática Especial do Português” me levaram a Meillet, Bally, Vendryes, Buysens, Bühler e, por estes, a Saussure. Descobertas a lingüística e a semiologia, e despertado o senso crítico sobre a própria prática, passei, já na década dos sessenta, a Jespersen, Tesnière, Martinet, Hjelmslev e, no Brasil, Mattoso Câmara. Enfim, à margem de um curso de pós-graduação em teoria da literatura aproximei-me do estruturalismo europeu - R. Jakobson (em lingüística).

¹⁰ Vale lembrar, no entanto, que Mattoso Câmara ministrou o primeiro curso de lingüística em 1938 e 1939. (Fonte Altman, 1998: 101)

R. Barthes (em semiologia), T. Todorov e J. Kristeva (em teoria da literatura), C. Levi-Strauss (em antropologia), e por este a Troubetskoy (em fonologia), J. Piaget (em psicologia genética), G. Bachelard e G. Granger (em epistemologia).

Sempre foram leituras solitárias, que me permitiam análises gramaticais mais adequadas e um cheiro eclético de erudição em aulas e trabalhos, mesmo quando fazia análises de poemas na pós-graduação em teoria da literatura. Talvez por isso, já em 1969, meu professor Antônio Cândido indicaria o meu nome, para participar, com R. Ilari, H. Osakabe, C. Vogt, do projeto de formação do Grupo de Lingüística do futuro Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Pelo projeto, fomos os quatro para a Universidade de Besançon, na França, para uma licenciatura e mestrado em Lingüística. Deveria ser um período de formação sistemática. Deveria.

O projeto, como observei em texto recente, fora elaborado sobre uma soma de equívocos.¹¹ Destes o mais grave: escolheu-se mal a Universidade de Besançon que estava muito longe de poder comparar-se aos bons centros de estudos lingüísticos nos Estados Unidos, na Inglaterra e mesmo na França. Conseguí deslocar-me para a Universidade de Aix-en-Provence, onde se encontravam, pelo menos, Mounin - praticando um funcionalismo martiniano ingênuo, de quem logo me afastei, e, no departamento de lingüística francesa em que me inscrevi para o mestrado, J. Stefanini - um bom historiador da Gramática e estudioso de Guillaume, M. Gross e C. Blanche Benveniste, que seguiam, na linha de Harris, o método distribucionalista de análise. Mas, em várias sessões e seminários, se discutia também Chomsky, das "Estruturas Sintáticas", da "Lingüística Cartesiana" e de recente tradução para o francês dos "Aspectos".

Não foram essas, porém, minhas primeiras notícias da Gramática Gerativa e Transformacional. As publicações da revista ca-

¹¹ Ao que tudo indica, trata-se do artigo "Antônio Cândido, a passagem pela Unicamp", de 1990.

rioca “Tempo Brasileiro” eram meu canal com o estruturalismo e a cultura da Europa. Em edição dessa revista de 1967 sobre o estruturalismo, Miriam Lemle, parece-me que por sugestão de Mattoso Câmara, fizera uma clara exposição dos pressupostos teóricos e do sistema conceitual do “novo estruturalismo” de um desconhecido Noam Chomsky.¹² Mau leitor de inglês, acabei encontrando na Livraria Francesa uma “introdução à gramática gerativa” de N. Ruwet e dois capítulos sobre “gramática transformacional” e “lingüística matemática” no livro sobre a lingüística estrutural de Giulio Lepschy (em tradução francesa) em que descobri estupefacto a aberta pela formalização para a tradução automática.

Esses primeiros contatos foram marcados pela incompreensão e por uma mistura de rejeição e intuição de que havia lá avanços teóricos e perspectivas de investigação que me obrigavam a voltar e voltar desconfiado aos textos. Tratava-se, ainda, do encantamento de um caipira autodidata de Jundiá. Mesmo, porém, as discussões mais bem informadas de Aix-en-Provence vieram atravessadas pela “psychomécanique” guillamiana e maltratadas pela crítica “gauche” de formalismo e idealismo, contrapostos ao descritivismo imediatista (materialista?) do distribucionalismo americano.

Assim, não posso falar que tenha, então, “aderido” a essa teoria; o termo “adesão” me lembra, aliás, uma aceitação acrítica, uma espécie de engajamento pouco adequado socialmente à prática científica. Passei a estudá-la seriamente como um contraponto àquilo que me interessava (e ainda interessa) no estudo científico da linguagem e aos pressupostos que assumia de uma teoria das línguas naturais, mais próximos, do ponto de vista psicológico, ao cognitivismo genético de Piaget; do ponto de vista epistemológico, a uma concepção da ciência como a da construção de modelos de

¹² Trata-se possivelmente do artigo de 1957 “O novo Estruturalismo em Lingüística: Chomsky”, publicado em *Tempo Brasileiro*. Deste mesmo ano é também o artigo de Lemle intitulado “Resenha de Chomsky”, publicado nos *Estudos Lingüísticos*. (Fonte Altman 1998)

representação de processos e estruturas e não os de “engendramento” tecnológico de símiles do “fenômeno/objeto” a descrever e explicar; do ponto de vista lógico, ao formalismo combinatório de Curry e Feiz e das gramáticas categoriais como a de Shaumjan que já tinha lido muito cuidadosamente. O contraponto foi possível e mesmo harmônico – com retardos e dissonâncias - porque se trabalhava com a mesma exigência de explicitude, com os mesmos mecanismos de acesso aos dados e com processos gerais de argumentação bem semelhantes.

Talvez devesse explicar por que, nunca “aderindo” ao gerativismo na versão chomskyana, acompanhei tão de perto quanto possível o desenvolvimento desse programa de pesquisa e dei tantos cursos de introdução e de tópicos nesse quadro teórico. Voltando à Unicamp para assumir os cursos de Lingüística, o que mais trazia da França era a consciência clara de aprendiz que ainda tinha muito a ler e compreender; sabia que minha linha de pesquisa e tese de doutorado em andamento eram originais, mas marginais no espaço acadêmico e universitário dos centros onde se praticava uma boa lingüística, a que apenasmente tinha sido apresentado¹³. Ora, acredito que a elaboração científica é uma prática social e que uma teoria é circular e acrítica quando não socializada. Por que comportar-me como alguns sobreviventes “titulares-catedráticos” de nossas universidades é envolver os alunos em uma aventura pessoal? Assumi, por isso, como objetivo principal de ensino, não “rodear-me de discípulos” mas inserir os alunos na prática científica dos grandes centros, favorecer o intercâmbio social nesse universo, fazer assentar a iniciativa e imaginação criadoras em um sólido patamar.

O movimento gerativista, enquanto paradigma, além de mais próximo às exigências metodológicas que me impunha, era o que melhor correspondia, na ocasião, a essa concepção de criatividade

¹³ *Teoria Funcional da linguagem*, vol. I e *Categorias, Relações e Funções na Teoria da Gramática - Contribuição à construção de um modelo teórico*, vol.II. Tese de doutoramento (Unicamp, 1976), Orientação: Marcelo Dascal.

que não supõe o em-si-mesmo e a “genialidade” (apesar de Chomsky), mas a interlocução, a crítica, a contradição, até o conflito em um processo de contínua construção e revisão.

2. Como você vê historicamente a entrada da GG na lingüística brasileira?

Pelo que respondi à primeira questão, vocês vêem que sou um “lingüista” tardio. Não participei dos momentos importantes da atividade de Mattoso Câmara e dos parceiros na fundação da ABRALIN, como Ângela Vaz Leão, Nelson Rossi, Arion Rodrigues, Ataliba Teixeira de Castilho, para citar alguns deles. Posso falar do que percebi depois, de um posto de observação restrito – a Unicamp. A Gramática Gerativa chegou ao Brasil por várias frentes. Já fiz referência a Mattoso Câmara e a artigo de Miriam Lemle com impacto sobretudo no Rio de Janeiro. Em São Paulo, no Instituto Interamericano de Lingüística, promovido no verão de 1969 pelo PILEI e pela ALFAL, houve curso sobre o gerativismo dado pelo professor John Martin. Desse encontro participaram colegas da PUC-SP (com certeza Mary Kato) que nos vieram auxiliar na Unicamp, em 1972, com um curso de sintaxe em nossa prematura pós-graduação (mestrado) em Lingüística¹⁴. Por eles foi que conheci o debate entre a “semântica gerativa” e a “semântica interpretativa” e me introduzi a Lakoff, McCawley, Fillmore, Ross. Com eles se formou definitivamente a necessidade de espaço, no departamento de lingüística da Unicamp, para o gerativismo.

Por essas e por outras, fomos levados a buscar reforços, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Lá se desenvolvia um programa de Pós-graduação em lingüística, coordenado por Arion

¹⁴ O mestrado na Unicamp inicia em 1970. Em 1971, Carlos Franchi, Rodolfo Ilari, Haquira Osakabe e Carlos Vogt passam a compor o corpo docente do mestrado na Unicamp, após a defesa de suas Dissertações de Mestrado na França (informação dada por Rodolfo Ilari em conversa pessoal).

Rodrigues, com a participação de John Martin e do recém-doutorado Antônio C. Quicoli com uma tese sobre os “aspectos da complementação em Português” defendida em 1972 na Universidade de Nova York sob a orientação de Perlmutter. No meio de uma crise nas Letras da UFRJ, em parte provocada pela pequena guerra entre a lingüística teórica e a tradição literária, gramatical e estilística, o grupo de pesquisadores deixou o Rio e incorporou-se ao quadro docente da Unicamp, trazendo seu programa de mestrado e seus mestrandos. A contribuição de John Martin - salvo pela co-orientação da tese de doutorado de Mary Kato defendida em 1972 na PUC-SP - foi nenhuma. Quicoli, em breves dois anos, levou à defesa uma dezena de dissertações de mestrado na linha da Gramática Gerativa Estendida de “Aspects”.

Na UFRJ e na PUC-RJ, entretanto, ficavam Miriam Lemle e Anthony Naro, vindo da Universidade de Chicago, que, embora não decididamente gerativista, dominava a teoria e dela informava alunos e orientandos. Em 1974, voltavam da Universidade do Texas, nos Estados Unidos, Yonne Leite com um doutoramento em fonologia (para o Rio de Janeiro) e Mário Perini com uma tese de doutorado sobre a “gramática dos infinitivos em Português” (para a UFMG de Belo Horizonte).

As portas de entrada do gerativismo no Brasil foram, pois, os recém criados programas de pós-graduação - Universidade de Brasília, UFRJ, UFMG, PUC de São Paulo e enfim a Unicamp, cujo departamento de lingüística se transformou num centro de diálogo e intercâmbio muito ricos. Os introdutores e precursores foram professores americanos visitantes ou migrantes, como J. Martin e A. Naro, e os recém-doutores M. Kato, A. Quicoli, M. Perini, Y. Leite, M. Lemle. Por toda a década dos 70, desse primeiro impulso saíram dissertações de mestrado, teses de doutorado, inúmeros trabalhos que, embora publicados bem poucos, circularam entre os “iniciados” e se divulgaram em sessões específicas nos encontros científicos nacionais (SBPC) e regionais (GEL-SP). Lembre-se,

entretanto, que já em 1970, M. Lemle e Y. Leite publicavam referências em uma coletânea sobre as “novas perspectivas em Linguística”; M. Kato, em 1974, sua tese sobre a “semântica gerativa e o artigo definido”, L. Lobato, em 1975, em coletânea, uma análise dos “verbos auxiliares em português contemporâneo”; M. Perini, em 1976, uma introdução de sucesso “à sintaxe do português” e à “gramática gerativa” e, logo em seguida a tese de doutorado já referida. Nesse espaço, cativou-se para o gerativismo ou se formou toda uma primeira geração de pesquisadores de algum modo ligados ao gerativismo, em que se incluem, Eunice Pontes, Lúcia Lobato, Leda Bisol, a que se juntaram doutorados no exterior, como Milton do Nascimento, Charlotte Galves, Bernadete Abaurre.

[Posso fazer um parêntesis? As referências a colegas linguístas, em toda entrevista, serão sempre exemplificativas. Assim, não há os esquecidos que haveria se tentássemos torná-las enumerativas. Além disso, colho os exemplos, em geral, dentre os pesquisadores com quem mais convivi e/ou cujo trabalho pude acompanhar mais de perto. Não há exclusão, mas – desculpem-me - pode haver miopia.]

Aqui vale uma observação final. Embora desencadeado, o desenvolvimento do gerativismo no Brasil não foi linear nem inteiramente expansivo. No Rio, Naro optou por outra linha de pesquisa, formando com colegas um centro extremamente dinâmico em um programa funcionalista, limitando-se o gerativismo à esfera de atuação de Lemle e seus orientandos. Na Unicamp, Quicoli voltou aos Estados Unidos e não conseguiu estimular nenhum de seus orientandos a continuar “gerativista”. Sucedeu-o Quentin Pizzini que teve participação breve e bastante discreta. Por breve período, tivemos como colega Mário Perini, que certamente teria desenvolvido excelentes projetos não tivesse voltado, por motivos pessoais, à UFMG, onde os desenvolveu. Ele mesmo se afastou mais tarde do gerativismo para um trabalho descritivo e pedagógico a que dá hoje prioridade, até por razões sociais. Alguns colegas se sentiram bastan-

te isolados em suas universidades regionais e tiveram que enfrentar condições desfavoráveis e severas restrições de um corpo docente tradicional, quando não mediocrizado.

Foi nas duas últimas décadas que realmente se formou uma comunidade acadêmica de gerativistas de nova geração, com um intercâmbio que se estende a outras universidades e centros de pesquisa em Brasília, no Rio, em Minas Gerais, na Bahia, no Paraná, em Santa Catarina. Trata-se de um esforço a muitas mãos, contando ainda com importante contribuição de gerativistas de primeira geração, a que se foram juntando alguns doutores por universidades do exterior, como Esmeralda Vailati Negrão, na USP, Jairo Nunes, na Unicamp. Mas o maior contingente se formou no IEL da Unicamp. Acho que posso, sem cometer injustiça, destacar a disposição e dedicação integrais de M. Kato, primeiro na PUC-SP e depois na Unicamp. Além das inúmeras publicações, da orientação de sessenta dissertações e teses de doutorado, da participação direta em outras tantas, teve importante papel agregador, estabelecendo para orientandos e colegas relações permanentes com os centros universitários de excelência na área e na teoria, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa. Há de seus alunos levando sua forma de trabalho e entusiasmo a vários cantos do país.

3. É comum ouvir que houve um momento na lingüística Brasileira em que todos eram gerativistas. Houve mesmo esse momento de homogeneidade teórica. Quando e como foi?

Tive o prazer de conhecer, pelo Brasil e por longos 30 anos, muitas universidades, muitos pesquisadores lingüistas, acompanhando quanto possível de perto sua produção científica. Penso que posso ser categórico: a lingüística no Brasil (existe uma lingüística brasileira?) não foi, nem me parece que seja predominantemente gerativista. Sempre houve maior número de lingüistas de

outras tendências, outras metodologias, outros objetos de pesquisa e diferentes fontes teóricas no exterior.

Pode-se ter pensado o contrário, assumindo implicitamente a premissa - falsa ou preconceituosa - de que as questões e tarefas relevantes para a ciência da linguagem estão - quase todas - no programa gerativista de Chomsky. Ou então, e agora positivamente, porque os gerativistas sempre tiveram grande "visibilidade" por constituírem um grupo de pesquisa dos mais dinâmicos, mesmo antes do maior intercâmbio que se estende hoje a outras tendências. Mantiveram sempre intenso diálogo, reciprocidade crítica, permuta de informações e de bibliografia, encontros de trabalho entre si e com colegas do exterior; tomaram iniciativas em revistas e associações, planejaram sessões em congressos e reuniões científicas, cursos intensivos de revisão e apresentação dos novos avanços da pesquisa no programa gerativista, projetos de formação de novos pesquisadores aqui e no exterior, alternância constante de colegas em centros de excelência sobretudo dos EEUU e, conseqüentemente, destacada produção científica.

Mesmo sem assumir integralmente o gerativismo, pelo menos na versão chomskyana, foi nesse espaço acadêmico que, pessoalmente, encontrei as melhores condições de convivência universitária de estudo e de trabalho.

4. Na sua opinião, qual o estado da arte na lingüística brasileira, em especial, qual o lugar da GG? A GG domina o panorama?

Uma resposta satisfatória exigiria mais vagar e estudo. O que diga será, sempre, um retalho para coser a outros, alguns pontos que me parece oportuno destacar.

4.1 - Nas últimas décadas, a lingüística no Brasil se tornou menos amadora e eclética, mas continua predominantemente re-

ceptiva, com um tipo de complexo de inferioridade que aceita como do bom o melhor tudo o que vem dos EEUU ou da Europa (neste caso mais da França). E. Coseriu já falava assim em 1968 e M. Dascal, mais recentemente. Daí a multiplicidade de “pater-nidades” e muitos lingüistas se dizem ainda “discípulos” de Baktin, de Vigotsky, de Martinet, de Greimas, de Ducrot, de Pêcheux, de Dick, de Halliday, de Harris, de Culioli, de Labov, de Chomsky, de Lakof, de Langaker, de Givón, de Haiman, de ... de tantos outros, mesmo alguns bem menos merecedores da reverência colonizada.

4.2 – Já se constituíram, porém, comunidades teóricas mais densas, com lingüistas que assumem um mesmo programa básico ou programas compatíveis e complementares de pesquisa, similares procedimentos de acesso e análise aos fenômenos pesquisados, uma grande intersecção de títulos bibliográficos e de fontes no exterior. Certamente é o caso, como já dissemos, do movimento gerativista. Mas há outros dinâmicos e produtivos.

Lembremos, desde logo, que a tradição gramatical no Brasil, com base filológica (ainda bem viva), formou colegas que têm praticado uma boa lingüística descritiva nas mais tradicionais universidades do país. O interesse dessa prática está em que, ao contrário do caso de outras línguas como o Francês, o Inglês, o Espanhol, não dispomos de boas gramáticas descritivas com extensa categorização e sistematização dos fatos lingüísticos do Português. Nesse sentido vale destacar o projeto de descrição do Português falado no Brasil, sobre o corpus do projeto NURC, sob a coordenação de Ataliba T. de Castilho. Esse projeto reuniu lingüistas de várias tendências teóricas dedicados à descrição do português falado no Brasil com pelo menos sete coletâneas de resultados nos mais diversos domínios de investigação gramatical. Mais habitualmente, porém, os lingüistas vindos da filologia, hoje assumem algumas formas de funcionalismo (da escola de Praga ou na linha de Hallyday, de Hopper e Thompson, ou de Dick).

4.3 Falo de “funcionalismo” para me referir a muitas tendências em que se procura construir a explicação de fatos lingüísticos dependentes das funções construtivas, intencionais e comunicativas das expressões em seu cotexto (no sentido de Bar-Hillel) e, por extensão, nas funções da linguagem em seu contexto imediato e no entorno social. Levo, pois, em conta a ambigüidade do termo “função”.

E é bom lembrar, ainda, a questão da gradualidade. São raros os que tentam defender um funcionalismo extremo, em que se recuse a possibilidade de qualquer tratamento estrutural da linguagem e das línguas naturais. Talvez seja o caso de uma certa “análise do discurso”, puramente “interpretativa”, pouco informada lingüisticamente, que recusa a relevância, para o estudo da linguagem, da noção de estrutura e mesmo de qualquer matéria gramatical e, especialmente, da sintaxe. Há bem maior consenso em torno de hipóteses de trabalho em que as análises funcionais são, complementarmente, a base para a explicação de fenômenos e regularidades lingüísticos que resistem ao tratamento estrutural sintático, ou mesmo intrinsecamente se tomam como co-fatores determinantes das estruturas sintáticas elas mesmas e a base sobre que se constrói a teoria gramatical. Se desconsideramos declarações polêmicas de princípio e arroubos retóricos, as análises funcionalistas no Brasil sempre trazem consigo aspectos sintático-estruturais, mesmo quando derivam a estabilidade e sistematicidade dessas estruturas de processos de base funcional.

Neste caso, merece destaque a comunidade de pesquisa que se formou no Rio, com apoio em uma teoria da variação (Labov) e em programa funcionalista mais próximo de Givón, Hopper, Thompson. Sob a liderança intelectual de A. Naro reuniram-se e se formaram aí um grande número de pesquisadores qualificados, entre os quais M. Scherre, C. Mollica, com publicações constantes, pós-graduação em nível de excelência e, assim, grande influência em vários outros centros universitários. Tento resumir sua prática científica. A partir de discursos reais, em *corpora* obtidos mediante

técnicas eficientes de trabalho em campo, analisam elementos e propriedades observadas nas expressões e os submetem a processos de interpretação controlados por cuidadoso tratamento quantitativo, pondo em evidência as correlações entre fenômenos e co-ocorrências (causa/efeito, motivação/ conseqüência) e entre estes, o contexto imediato da situação comunicativa e o contexto social que os predetermina. Sem necessariamente negar a possibilidade de uma estruturação sintática relativamente autônoma e parcialmente arbitrária, colocam-se em evidência propriedades da linguagem que apontam na direção de uma muito próxima interação entre estrutura (regularidades) e função, entre fatores cognitivos e fatores externos, entre configurações formais e operações motivadas dos sujeitos do discurso.

4.4. É natural que, em virtude de a linguagem sempre tomar-se em seu uso externo e social e de se empregarem técnicas quantitativas de acesso aos dados relevantes para a teoria, desenvolveu-se, no âmbito do programa funcionalista da UFRJ, uma sociolinguística de excelente qualidade, tanto do ponto de vista estritamente acadêmico, quanto pelos esforços recentes de colocar os seus resultados à disposição de um público maior de estudiosos e da rede pública de ensino.

Entretanto, à prática da sociolinguística no Brasil também se incorporaram linguistas vindos da tradição dialetológica (lembremos de Antenor Nascentes, Serafin Silva Neto, Nelson Rossi) e se desenvolvia no momento mesmo em que mal nascia aqui o gerativismo: com B. Head e J. Heye, no Rio, aquele depois na Unicamp, J. Philipson na USP, H. Bunze no Rio Grande do Sul, introduziram-se melhores técnicas de trabalho de campo, de organização e análise dos dados para as questões de variação e mudança. Outros jovens pesquisadores, como Marco A. de Oliveira, Maria Luíza Braga, Fernando Tarallo, M. Stella Bortoni, se pós-graduaram e se doutoraram UFRJ, na Unicamp, nos EEUU, na Inglaterra, na França, predominando a perspectiva teórica laboviana. Projetos pesquisa importantes no Rio, no Cone-Sul, em Minas Gerais, na

Bahia, em São Paulo, sobre uma base dialetológica, funcionalista ou mesmo gerativista. Este é o caso de muitas teses produzidas sob a orientação de F. Tarallo e M. Kato, na Unicamp, que buscam avaliar empiricamente, em cuidadoso estudo histórico e quantitativo, hipóteses da teoria chomskyana de Princípios e Parâmetros.

4.5. Já que falei sobre a sociolingüística, deixem-me mencionar outras áreas chamadas interdisciplinares. Tomemos a da psicolingüística. Se não me engano, o desenvolvimento dessa área no Brasil se deu, inicialmente, na PUC.SP e na Unicamp, onde se doutoraram, sob a orientação de Cláudia Lemos, vários pesquisadores, com respeitável produção científica. A estes se reúnem alguns doutorados no exterior e o grupo da PUC do Rio Grande do Sul. De um modo geral, a produção científica nessa área, sobre a aquisição da linguagem, se situa no quadro do sócio-interacionismo. São bem mais recentes estudos no quadro da teoria chomskyana e referências a novas propostas, como as de Pinker. Espera-se que o contraponto entre as várias tendências venha a revitalizar a área.

A lingüística histórica se manteve em grande parte enraizada na filologia clássica (por exemplo, na Bahia, com Rosa Virgínia). Naro, no Rio, contribuiu para trazer novas orientações metodológicas à pesquisa histórica da sintaxe do Português (tema de sua tese) e do sistema fonético com seus "estudos diacrônicos". Hoje, porém, os estudos históricos se reacendem e se renovam: - formaram-se vários pesquisadores-doutores no quadro da teoria de Princípios e Parâmetros (quase todos na Unicamp sob a orientação de Galves e Kato); recentemente, formulou-se um amplo projeto temático de pesquisa, envolvendo pesquisadores da Bahia, de Feira de Santana, de Belo Horizonte, de Santa Catarina, do Rio de Janeiro, de São Paulo (Unicamp, Unesp e USP); nesse projeto, espera-se reunir a qualidade e cuidados da tradição filológica - na seleção e organização dos textos e fatos históricos - à busca de explicação teórica com a explicitude e a argumentação cerrada própria dos gerativistas.

A lingüística antropológica ainda exige muito esforço de caráter descritivo de vários lingüistas, na linha aberta pelo trabalho de Aryon Rodrigues, com produção variada, um tanto isolada, no Pará, em Pernambuco, em Brasília, na USP, na Unicamp. Há boas perspectivas de renovação na área com a formação de pesquisadores gerativistas no Brasil e no exterior, sobretudo os que se concentram em um grupo de pesquisa do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Devem-se ainda mencionar outros grupos que se vem formando na área da neuro-lingüística na Unicamp (com a coordenação de M. I Hadler) e PUC-RJ.

4.6. Nesses grupos de pesquisa, mesmo com maiores exceções na sociolingüística, predomina a matéria gramatical e nela propriedades categoriais e funcionais dos elementos na construção e configuração das expressões. Não existe, nesse quadro, um grande espaço acadêmico para a fonologia e, menos ainda, para a semântica.

No caso da fonologia já se nota um razoável intercâmbio entre pesquisadores do UFRJ, UFMG, Unicamp, PUC de P. Alegre, como Yonne Leite, Bernadette Abaurre, Leda Bisol, que nos oferecem um tratamento teórico avançado e contemporâneo em fonologia não segmental e em fonologia lexical. Há maior proximidade com os gerativistas, pelo que se abrem boas perspectivas para o estudo da interface interpretativa que relaciona sintaxe e fonologia.

Já no caso da semântica, podem contar-se nos dedos de uma mão os semanticistas, como R. Ilari na Unicamp ou J. Borges na UFP, que dominem a semântica formal e as extensões da gramática de Montague ou os que trabalhem com uma semântica representacional do sentido que tanto me interessa¹⁵. Isso mais nos surpreende diante do dinamismo dos estudos em semântica formal

¹⁵ Já notamos, na apresentação, que iniciou-se, há dois anos, um grupo de semântica, em grande parte formal e de influência de Montague, sob a coordenação de José Borges Neto.

no exterior. Há, ainda, alguns trabalhos em semântica argumentativa (à Ducrot) na Unicamp e na PUC.SP, não muitos de boa qualidade. E se pode lembrar a sobrevivência da semântica estrutural de Greimas entre pesquisadores da PUC-RJ e da USP e UNESP. Entretanto, centram-se estes em questões interpretativas gerais da semiologia, que mais bem se observam na análise do discurso e do texto (muito habitualmente o texto literário).

Sente-se, por isso, que a ampla literatura moderna dos EEUU e da Europa, particularmente na Alemanha, em semântica formal e representacional é praticamente desconhecida no Brasil. Deve-se, porém, lembrar que problemas fundamentais da teoria semântica vêm sendo tratadas em outros quadros teóricos. Assim, questões de predicação e modificação, de referência e quantificação, de escopo, de relações temáticas, de vinculação anafórica, etc. têm papel importante nas gramáticas funcionalistas e são matéria da construção da 'forma lógica', enquanto representação sintática derivada pelos gerativistas chomskyanos. Lembrem-me, aqui, algumas teses na Unicamp e o trabalho de Vailati Negrão na USP. Embora seja outro viés em que o foco da pesquisa se coloca em uma perspectiva um tanto distorcida, espera-se que as questões semânticas ocupem os pesquisadores que se interessam por teorias gramaticais radicalmente lexicalistas, como a de HPSG de Pollard e Sag, ou por teorias gerativas do léxico como a de Pustejovsky.

4.7. Se tomamos por base os artigos encaminhados a revistas de lingüística no Brasil e mesmo os nelas publicados, bem como os projetos de pesquisa encaminhados a instituições financiadoras como CNPq e FAPESP, a esmagadora maioria das propostas se situa em duas áreas de aplicação - a análise do discurso e a lingüística aplicada ao ensino e, muito menos, nas chamadas áreas básicas de investigação - sintaxe, semântica, fonologia, teoria gramatical, pragmática. (E isto me parece um ponto importante de reflexão para a formulação de uma política científica para a área.)

No caso da análise do Discurso, predominam, de um lado, a tradição das análises sociológica e literária e, de outro, a tradição francesa (Pêcheux, Maingueneau), com forte ressonância dos aspectos sócio-ideológicos e desinteresse pelos aspectos mais estritamente lingüísticos. Na maioria dos casos, mesmo reconhecendo o interesse e a relevância social desse tipo de investigação, não os incluiria em uma síntese da situação da lingüística no Brasil. Há, entretanto, analistas do discurso que tomam a lingüística como uma das teorias-suporte (ao lado, por exemplo, da semiologia, da psicanálise, da sociologia, ou da antropologia) para análises do discurso de excelente qualidade. Referi-me já a análises com suporte em uma semiologia greimasiana como pratica tão bem J. L. Fiorin, na USP; outro exemplo, a análise com instrumental conceitual e categorial da lingüística, como a que faz S. Possenti, na Unicamp.

A lingüística aplicada, ao lado da análise do discurso, constitui outro polo de atração de lingüistas brasileiros seja como área principal, seja como área segunda de pesquisa e ensino. Lembre-se que o Instituto de Idiomas Yazigi, sob a direção de Gomes de Mattos, e departamentos de língua estrangeira em várias universidades (como na PUC-SP) foram dos primeiros centros de formação e desenvolvimento da lingüística no Brasil. Hoje, além de um departamento e revista próprios – na Unicamp – há um intercâmbio florescente em grupos de trabalho, em encontros científicos e congressos específicos em que os experimentos e a reflexão teórica se aprimoram no intercâmbio entre especialistas. Mas não sou quem possa traçar um retrato dessa área de investigação em que muitos trabalhos não ultrapassam uma análise e nocionário superficiais da lingüística.

Lembro somente que a lingüística aplicada ao ensino do Português tem merecido, ainda, a atenção de inúmeros outros lingüistas como segunda área de atuação, não somente enquanto lingüistas, mas enquanto cidadãos socialmente comprometidos; entre outros, analistas do discurso como V. Geraldi, sociolingüistas como os da UFRJ (saudades de Giselle Machline). Recebem-se, porém, inúmer-

ros projetos e artigos, mesmo de boa qualidade, que, envolvendo embora a linguagem e algumas informações de caráter lingüístico, têm objeto principal e objetivos mais propriamente pedagógicos.

4.8. Além dessas linhas predominantes que pude perceber no que disse acima, há pesquisas mais isoladas no país em outros diferentes quadros teóricos e domínios de investigação, com referência direta a diversas fontes de contato no exterior. Não são menos numerosos na soma: sei de lingüistas trabalhando no Brasil na gramática léxico-funcional de Bresnam/Kaplan; na Gramática Cognitiva de Langacker; na Gramática de Construções como propuseram recentemente Lakoff e Fillmore; em gramáticas do texto; na teoria do discurso de Culioli; na teoria categorial de Shaumjan ou de Steedman; em lingüística computacional e teorias lingüísticas com vistas ao tratamento automático, como a de Pollard e Sag; com questões de processamento mediante tratamento experimental; em lexicologia descritiva e lexicografia, em teoria gerativa do léxico, etc.

4.9. Como conclusão desse quadro em que esboço o que vejo do quadro atual da lingüística no Brasil, não diria que a Gramática Gerativa domina o panorama numericamente ou (por que parâmetros?) qualitativamente. Como observei em resposta à pergunta anterior, pode-se falar em grande vitalidade e "visibilidade" do gerativismo, por constituir a teoria um dos paradigmas dominantes da lingüística contemporânea, com o maior impacto tanto nas ciências da linguagem, quanto na filosofia e nas ciências humanas em geral. Não por acaso Chomsky é o autor vivo mais citado nessas áreas. Além disso ou por isso, outras teorias – quase sempre – tomam a chomskyana como contraponto, tanto para aproximações como para contraditas.

De vários modos, a Gramática Gerativa promoveu um desenvolvimento qualitativo da lingüística no Brasil. Pela adoção de metacritérios que delimitam com precisão o caráter formal e os limites da teoria, bem como o domínio empírico de investigação, é inegável

que o gerativismo contribuiu grandemente para a renovação metodológica das pesquisas lingüísticas. Lembrem-se, por exemplo, a exigência de explicitude, independentemente do formalismo adotado como condição de valor explanatório; o princípio de restrição como critério de adequação descritiva; a parcimônia ontológica sob o critério de necessidade conceitual; a distinção precisa entre a argumentação interna ao modelo de caráter dedutivo e formal e argumentação empírica; o caráter preditivo e heurístico das hipóteses explicativas.

Por outro lado, o gerativismo, embora uma teoria formal sintática, tem levado pesquisadores a aprimorar o conhecimento em outras áreas, não somente as que constituem interfaces entre a sintaxe e outros sistemas perceptivos e cognitivos – a fonologia e o sistema conceitual – mas ainda a própria semântica das línguas naturais, os estudos lexicais, a pesquisa variacionista histórica e social, a psicolingüística. Pelo caráter simbólico e formal dos instrumentos metalingüísticos e de representação lógica contribui muito para ressituar a prática científica sobre a linguagem em nova dimensão, facilitando a interação com pesquisadores das ciências naturais e das ciências exatas.

Trata-se, ainda, de uma prática científica amplamente socializada, que se tem antecipado na disposição dos mais variados mecanismos de interação e intercâmbio no Brasil e no exterior, com participação intensa e numerosas publicações. Como resultado desse trabalho, os gerativistas não somente fizeram a revisão da descrição e explicação de inúmeros fenômenos lingüísticos tratados menos consistentemente na gramática tradicional e em outras análises funcionais ou estruturalistas, como puseram à luz propriedades ignoradas da gramática do português e do português do Brasil e de outras línguas, inclusive indígenas. Houve sempre várias propostas de alteração de hipóteses de análise e hipóteses auxiliares do arcabouço teórico gerativista. Fora do Brasil tiveram estas pouco trânsito, o que simplesmente confirma nossa vocação como fornecedor de matéria prima para a manipulação nos grandes centros de pesquisa.

5. Ao menos no Brasil, parece ter havido uma crescente polarização entre as abordagens ditas funcionalistas e as formalistas. Os debates da DELTA testemunham a radicalização destas posições. Como você se posiciona frente a polêmica? São elas de fato abordagens irreconciliáveis?

As diferenças teóricas e metodológicas entre estruturalistas ou gerativistas e funcionalistas fazem parte da história e da sociologia da lingüística que está a merecer uma análise epistemológica mais isenta do que é possível na retórica polêmica que contrapõe os grupos paradigmáticos.

Como tenho deixado implícito, embora "gerativismo" lembre Chomsky, por antonomásia, há inúmeros sistemas teóricos que se podem dizer explícitos, no sentido mais estrito de sintaticamente determinados, formais (ou formalizáveis). Também se pode falar em múltiplos "funcionalismos", desde os que nasceram com Mathesius e Bühler no estruturalismo europeu (Gardiner, Martinet, Jakobson, Halliday, Vachek), até as formas adotadas na lingüística contemporânea sobretudo nos Estados Unidos (Bolinger, Prince, Bates, McWhinney, Givón, Hopper, Thompson, Haiman, etc.).

Impossível, por isso, uma resposta sim-ou-não sem cuidadosa consideração de todos os matizes de contraste. F. Newmeyer e, de modo mais agudo, W. Croft têm examinado mais longamente esta questão, embora sob outros critérios. Este autor fala de um "contínuo" entre duas posições extremadas, ambas insustentáveis. Embora sob diferentes critérios, vou tentar exemplificar algumas oposições focais, tomando como guião a ambigüidade dos termos "forma/função".

5.1. Vou considerar primeiro teorias gramaticais que envolvem fatores funcionais de variada natureza – discursiva, semântica e mesmo sintática - e laboram na hipótese da convergência ou correlação des-

ses diferentes fatores. É a concepção da organização interna da gramática que varia. O que se pretende propor é que as análises funcionais são compatíveis com estruturalismo e formalismo quando as restrições se tratam, correlativamente, em diferentes domínios descritivos e em componentes relativamente autônomos.

5.1.1. No estruturalismo descritivo americano e europeu, por “aspectos formais” se entendiam traços significantes materiais da expressão lingüística e as propriedades estabelecidas entre elas (correspondências categoriais/paradigmáticas ou configuracionais/sintagmáticas). Nesse sentido, “aspectos formais” se distinguiam por oposição aos determinados pela função semiótica - conceitos sistemáticos ou noções interpretativas semântico-representacionais, discursivos e pragmáticos.

Aí já se contrapunham “formalistas” como Harris a “funcionalistas” saussureanos como os da escola de Praga, Jakobson e Martinet, aliás não menos estruturalistas: estes, tomando como relevantes para a descrição as funções informativas e comunicativas explícita ou implicitamente associadas a elementos formais e estruturas; aqueles, tomando como relevantes, exclusivamente, as propriedades categoriais e configuracionais diretamente observáveis nas expressões das línguas naturais.

Como se vê, as teorias já se distinguiam por admitirem ou não uma certa estruturação do sentido ou, melhor, da significação em um sentido amplo. Obviamente essa forma de funcionalismo não é necessariamente incompatível com a existência de um nível de análise gramatical e, mesmo, sintática em sentido estrito. Contrapunham-se, porém, dois distintos modelos gramaticais. De um lado, Harris construía uma sintaxe mediante uma análise posicional e de coocorrência, que possibilitava a identificação de “classes de posição” como símiles das classes do discurso e que se representava na forma de uma seqüência de símbolos categoriais hierarquicamente estruturados. De outro lado, predominava uma análise em termos de relações e funções gramaticais, como no modelo de Tesnière.

5.1.2. Mas aqui entra em jogo outro sentido de “função” que convém explicitar. Ao invés de abranger os vários aspectos intencionais da função semiótica – “função” pode referir-se a papéis determinados aos componentes de uma expressão pelas relações em que entram, sejam elas sintáticas, semânticas ou mesmo discursivas. Assim se distinguem funções gramaticais como as de sujeito, predicado, complemento, adjunto, etc. identificáveis mediante critérios às vezes estritamente sintáticos, outras semânticos, outras ainda relativos à organização do discurso; ou se analisam as expressões em termos funcionais semânticos como os de “agente”, “paciente”, “experienciador”, etc.; ou, ainda, se fala de “tópico”/ “comentário”, “novo”/“dado”, etc. sob critérios (em um certo sentido) discursivos. Nestes casos, trata-se de funções, digamos, internas, que se apreendem e se definem como extensão da análise estrutural ela mesma. Ou seja, a noção se refere às ‘funções’ determinadas pelas relações estruturantes que os elementos entretêm no cotexto.

Não se pode, assim, falar de incompatibilidade entre estrutura e função. A diferença entre as teorias vai depender de opções feitas em vários outros planos teóricos: a forma de organização do modelo gramatical; nesse arranjo, os componentes ou níveis de representação considerados relevantes, bem como o grau de autonomia a eles conferido; o estatuto atribuído na descrição estrutural a noções (em princípio) metateóricas de categorias, relações e funções, ou seja, com quais delas se constrói a base da teoria e quais delas se consideram derivadas a partir dessa base.

Nos sub-itens seguintes, exemplifico algumas dessas possibilidades, deixando para mais tarde a reflexão sobre um ponto mais radical de divergência – o da própria concepção de explicação científica – a que ainda não me referi.

5.1.3. Deixem-me colocar inicialmente, como pano de fundo para a exemplificação um modelo que se propõe, em princípio, não funcionalista, como o de Chomsky. Todos conhecem a famosa introdução do capítulo segundo dos “Aspects”: análises funcionais,

em termos de relações e funções, mesmo as gramaticais, são inteiramente irrelevantes para a teoria. Muito mais, as semânticas ou pragmático-discursivas. A descrição estrutural, na base sintagmática da gramática, deve ser representada estritamente em termos de símbolos categoriais, que associam conjuntos de itens lexicais a determinadas classes de sintagmas. Nesse particular, a teoria guarda muito do “formalismo” de sua antecessora – o distribucionalismo – no sentido de 5.1.1. Relações e funções – como ‘predicação’, ‘sujeito’, ‘complemento’ são noções derivadas, mediante extensões definicionais, a partir de determinadas configurações estruturais e, pois, sintáticas por definição, meramente descritivas e não teoricamente explanatórias.

Mas não se pode dizer que a prática gerativista respeitasse inteiramente a autonomia da sintaxe e a restrição de caráter metodológico a uma sintaxe estritamente categorial. Muitas vezes os gerativistas das primeiras gerações se referem a análises e a noções funcionais na argumentação, em generalizações descritivas, ou mesmo em princípios restritivos da teoria. Lembremo-nos, como exemplo, do princípio do sujeito especificado de tão célebre notícia, os diferentes alçamentos para as posições de sujeito ou de objeto, a postulação de categorias ou traços de evidente caráter relacional como Flexão ou Caso, etc. Nem mesmo cuidaram de restringi-las ao domínio descritivo da sintaxe das línguas naturais. Basta lembrar, entre os que envolvem relações de caráter semântico, a estrutura de papéis temáticos, o critério-theta, a noção de hierarquia temática, o princípio de projeção, relativos a processos interpretativos como o próprio Chomsky reconhecerá finalmente. Mais recentemente, com a redução dos itens lexicais a traços e a proliferação de “categorias funcionais”, outros traços e símbolos pretendidamente sintático-categoriais envolvem relações semânticas e discursivas ou pragmáticas. De fato, nas extensões da teoria de princípios e parâmetros, já se propuseram traços que tentam subsumir na sintaxe relações, processos e categorias semânticas

como as de 'predicação', 'referenciação', 'evento' e funções discursivas como 'tópico', 'foco', 'pressuposição'.

A questão aqui não é a de advogar por uma "sintaxe pura" (embora se pudesse advogar por maior coerência interna) mas chamar a atenção para o fato de que, salvo provavelmente a proposta metodológica e teórica do "Minimalismo", a teoria gerativa sempre teve um certo grau de mistura "funcionalista" entre análises e descrições estruturais estritamente sintático-formais (que aqui, formal e sintático se confundem inteiramente). Mascara-se o fato pelo emprego de traços formais, sintáticos ou mesmo morfológicos, direta e univocamente associados a categorias ou funções semânticas (traços como [+/- *Humanos*], traços-theta argumentais e tantos outros), incluídos nos itens lexicais ou introduzidos pelas operações construtivas do sistema. Para não discutir isto aqui, aponto somente para vários problemas dessa estratégia: o direto mapeamento entre traços postulados como sintáticos e os traços semânticos na interpretação tornam evidente a motivação semântica e reduzem uma das propriedades características da noção de autonomia da sintaxe, ou seja, sua arbitrariedade relativamente à semântica e à organização discursiva; a introdução de novas categorias formais ("funcionais" no sentido da teoria) multiplica as posições de constituintes para as operações de movimento e para as regras de interpretação aumentando irrestritamente o poder descritivo da teoria; enfim, a própria tese da autonomia da sintaxe fica sujeita à suspeição de postulado sem condições de falseamento crítico.

5.1.4. Outros programas científicos, assumem a relevância das motivações semânticas e/ou pragmático-discursivas, evitando, entretanto, introduzi-las como mecanismos restritivos da sintaxe ela mesma. Em outros termos, assumem uma autonomia teórica entre esses diversos componentes, incorporando análises e sistemas funcionais à teoria, em diferentes domínios de investigação, paralelos ou sobrepostos a uma teoria sintática em sentido estrito. Essa "divisão de tarefas", às vezes entre a sintaxe e a semântica (como no caso

de R. Jackendoff) ou entre a gramática (reduzida a uma sintaxe) e o discurso (como no caso de E. Prince ou S. Kuno) é inteiramente compatível com uma sintaxe formal e autônoma, no sentido forte de ser o sistema encapsulado e arbitrariamente a relação com os componentes da significação (instrucional, referencial ou de sentido).

Para Prince, por exemplo, os processos pragmático-discursivos de interpretação constituem parte integrante da competência lingüística. A descrição estrutural das orações, o estatuto teórico das categorias gramaticais e classes de elementos, as operações ou regras combinatórias que constroem objetos lingüísticos complexos, isto tudo se explicaria inteiramente no componente autônomo da gramática. Restaria, porém, determinar as funções relativas à organização da comunicação e da informação a que as estruturas gramaticais se prestam no discurso.

Ora, um resultado importante de suas análises seria o de mostrar que inúmeras sentenças “asteriscadas” e servindo crucialmente na argumentação gerativista para justificar hipóteses de construções ou transformações estruturais, são na verdade inadequadas ou “infelizes” por razões pragmático-discursivas. Não haveria assim necessidade de recorrer, nesses casos, ao componente autônomo da sintaxe, estendendo-o para incorporar mais e mais “nódulos funcionais” na forma de duvidosos rótulos ou traços categoriais ou processos transformacionais, como observamos acima.

Para a questão que nos colocamos aqui, a estratégia de Jackendoff (e outros como Culicover), no estudo das relações entre semântica e sintaxe, é semelhante. No caso, os processos cognitivos conceituais são parte integrante da competência gramatical, constituindo um sistema tão autônomo quanto estruturado em si mesmo. Para os que possam estranhar que os cite em um contexto em que se fala de “funcionalismos”, observo que o sistema léxico-conceitual de Jackendoff, nos vários textos que vem escrevendo desde 1972, é inteiramente relacional-funcional: adota como formalismo uma lógica funcional, pela qual se expressam intuiti-

vamente relações semânticas e as funções delas derivadas (“papéis temáticos” no sentido de Gruber); formula, nesse sistema, sem recurso a processos derivacionais de uma sintaxe autônoma, não somente as regras de correspondência entre os dois componentes, mas ainda restrições à gramaticalidade ou inaceitabilidade de orações por razões semânticas.

Em outros programas, tanto análises de uma semântica representacional, quanto análises em termos de funções textuais ou discursivas constituem, com a sintaxe, níveis relativamente autônomos da teoria gramatical, construída mediante sucessivos passos de abstração. É o estilo que se pratica no funcionalismo de Halliday em que se fala de diferentes “níveis” de análise funcional: no subnível da “forma”, em que se incluem o léxico e a gramática, a análise prossegue em termos funcionais sintáticos; no subnível representacional, a expressão se estrutura em termos relacionais determinando as funções semânticas de seus constituintes; no nível contextual – um internível – a forma léxico-gramatical e a estrutura semântica entram em relações com elementos extra-textuais constituindo uma estrutura informacional.

5.1.5. Em todos os programas a que nos referimos acima, análises funcionais integram a teoria gramatical e são perfeitamente compatíveis com a postulação de uma sintaxe formal autônoma, em um sentido forte implicando completa sistematicidade, arbitrariedade (pelo menos parcial) da relação entre forma e significação e, conseqüentemente, independência em relação a fatores funcionais semânticos ou pragmático-discursivos. E essa compatibilidade entre os processos de construção sintáticos e restrições de caráter funcional se garante nos dois aspectos – empírico e formal.

No primeiro, a compatibilidade resulta do fato de que se reduz, porque se partilha, o campo dos fenômenos a explicar em cada componente. O modelo incorpora: restrições estritamente sintáticas ao nível das operações ou regras de construção e transformação das expressões; restrições semânticas ou, mesmo, discursivas

sobre expressões engendradas pelo modelo, para explicar fenômenos que escapam à análise sintática. Então, evita-se amalgamar em um mesmo sistema de regras/princípios/operações construtivas restrições motivadas nesses vários planos intuitivos de análise, diferenciando cuidadosamente o estatuto teórico dos conceitos e entidades envolvidos. Em outros termos, a redução da explicação de fatos ou propriedades lingüísticas a termos exclusivamente ou sintáticos, ou semânticos, ou funcionais, permite manter o princípio de autonomia de cada um dos componentes da teoria. Não há mistura de fatores heterogêneos na descrição e explicação de um mesmo fenômeno gramatical. De qualquer modo, "minimaliza"-se a sintaxe que "termina onde ela acaba" para usar uma instrução tautológica que gostava de enunciar a meus alunos.

Nesse sentido, alguns autores têm insistido em que, no gerativismo chomskyano, jamais se negou a interferência de fatores pragmático-discursivos e mesmo semânticos no uso da linguagem, com conseqüências nos processos de aquisição e mudança; assim, o sistema sincrônico de princípios que governam a representação das expressões ou, mais recentemente, o sistema derivacional que as engendra não se pretende como uma teoria da linguagem. Chega-se a falar em "complementaridade" do funcionalismo em relação ao gerativismo. Mas é necessário advertir que salvo em domínios restritos e contingentes, continua-se a negar relevância explanatória e sistematicidade (e, pois, interesse teórico) a fatores pragmático-discursivos. A estes se reduzem mesmo processos e princípios tradicionalmente tratados como "semânticos". Lembre-se que no Programa Minimalista a forma lógica se trata como a representação sobre que operam princípios de interface entre a sintaxe e o sistema conceitual e não como um componente gramatical ou representação semântica. E', pois, mais que estratégia retórica a distinção entre 'gramática nuclear' e 'fenômenos periféricos'. E nessa perspectiva, não me faz muito sentido a sugestão de complementaridade das teorias funcionalista e gerativista. Trata-se de diferentes recortes do objeto científico e diferente delimitação do campo fenomênico de inves-

tigação tão claramente percebidos por Chomsky em sua distinção entre “I-language” e “E-language”. E se ao nível fenomênico de observação se consideram os mesmo fatos, é inteiramente distinto o estatuto teórico dos conceitos, operações ou processos pelos quais se descrevem e se explicam. Vou voltar a isto.

Quando falei, pois, em “compatibilidade” de análises e explicações funcionais e de análises e explicações sintáticas, quis dizer que não se pode excluir “a priori” ou por necessidade conceitual a possibilidade de modelos teóricos que as incorporem complementarmente, seja em diferentes componentes autônomos, seja em níveis de análise correlacionados. Não se teve em mente uma noção distinta - a de “compatibilidade de modelos” que implica exigências formais: neste caso se espera que os componentes se relacionem estreitamente, ou mediante derivação transformacional, ou mediante extensões via definições ou admissão de novos elementos ou processos construtivos, ou mediante regras sistemáticas de correspondência. Examinar, aliás, a compatibilidade entre teorias (e outras relações entre elas como a de capacidade descritiva, equivalência, etc.) pressupõe que ambas se expressem em um nível próximo de abstração e explicitude (formal ou formalizável). De certa forma isto quer dizer Chomsky quando afirma que, nesse caso, ou seja: se descrições conceituais, semânticas ou discursivos possam ser sistematizadas em sistemas explanatórios, então trata-se na verdade de um sistema sintático (parte do sistema I-lingüístico e não linguagístico). Mas aqui precisaríamos refletir sobre a ambigüidade do termo “sintaxe”: alguns (como eu) suspeitariam que se desliza perigosamente da sintaxe do modelo para a sintaxe da linguagem-objeto (seja I- ou E-). Vou esquecer aqui esta questão e salto para o segundo aspecto mencionado acima: o da compatibilidade entre “funcionalismo” e “formalismo” que nos desloca do conteúdo proposicional do modelo para o instrumento representativo em que se expressa.

5.1.6. No caso dos programas científicos examinados até aqui, pode-se falar em “formalismo” em dois sentidos bem distintos. Em um

dos casos, a metalinguagem é, em geral, construída como uma restrição disciplinada da linguagem natural. Essa metalinguagem, assim a construíram Harris e, entre outros discípulos, M. Gross, para a descrição compacta dos resultados da análise classificatória e configuracional, que se representa já em seqüência de símbolos de classes de elementos e classes de expressões, estruturadas pelas operações e/ou relações admitidas no sistema, como as de concatenação, expansão, redução, derivação, equivalência, etc. Nessa linguagem, digamos, estenográfica, outras vezes diagramática, como na teoria relacional de Tesnière, se tornam visíveis regularidades e se formulam definições e generalizações descritivas. É evidente que não se pode falar de incompatibilidade entre “formalismo” e “funcionalismo” nos limites teórico-descritivos acima exemplificados. Entretanto, em outros casos, a assumpção do princípio de sistematicidade estrutural e autonomia dos componentes, é compatível e, mesmo, pressupõe um princípio metodológico de explicitude formal, e em cada um deles, até para tornar possível o estabelecimento dos protocolos de ligação entre eles.

Não se pode, aliás, sequer excluir, a priori, a utilização de instrumentos lógico-formais que modelem, mesmo que em parte, os processos, conceitos e operações em jogo nas análises funcionais, quando “funcionais” se estreita às funções determinadas pelas relações internas ao sistema. De fato, neste caso, as funções se apreendem no cálculo estrutural ele mesmo. Assim se compreende o “funcionalismo estruturalista” da teoria relacional de Hjelmslev (fortemente ancorada na noção saussureana de “valor”) que embora se construa em termos de análises em sucessivos passos de abstração, é suscetível de formalizar-se em um sistema derivacional, a partir de noções intuitivas (que já estavam em Jespersen) como as de ‘dependência’, ‘orientação da relação’, ‘nível de análise’ (“rank”). Nesse mesmo estilo, falamos antes de Halliday e, com outra instrumentação, da análise funcional, por Jackendoff, do sistema léxico-conceitual.

Pondo entre parêntesis grandes diferenças de concepção e de programa, poderíamos, ainda, lembrar a semântica relacional de

Bierwisch, outras teorias de dependência, como as de Paillet e Hofmann, ou os 'esquemas' da teoria relacional formulada por Postal e Perlmutter ou o gerativismo heterogêneo da gramática léxico-funcional de Bresnan e Kaplan. Poderíamos, ainda, estender a exemplificação a outras teorias recentes, fortemente lexicalistas, como a de Pollard e Sag ou Pustejovsky, que incluem, na descrição dos itens e incorporam à teoria gramatical, além de traços "formais" categoriais, posicionais, de regência, também traços relacionais e funcionais semânticos de diversa natureza.

Em um nível bem maior de abstração, a lógica combinatória tal como propõem, entre outros, Curry e Feiz, disponibiliza o formalismo lógico adequado para derivar inteiramente o núcleo mesmo da teoria sintática - os paradigmas categoriais e a estrutura sintagmática da oração - da função categorial dos elementos em suas relações de subordinação contextuais. Sua teoria axiomática "da funcionalidade" permite derivar as classes gramaticais dos esquemas funcionais subjacentes, representando os processos construtivos e, pois, a estrutura das orações em grafos que podem interpretar-se em termos de uma sintaxe de constituintes e de uma semântica composicional de tipos, formalizando isomorficamente a relação entre ambos os componentes da teoria gramatical e engendrando expressões interpretadas.

Parece-me, por tudo isso, pouco apropriado opor, sem mais, "funcionalismo" a "formalismo" como se compusessem um par de termos mutuamente excludentes. Até porque, como me dizia Granger, a história da ciência tem mostrado que não se pode afirmar "a priori" de nenhum domínio fenomênico (nem mesmo do que se supõe "irracional" e caos) que seja insuscetível de algum processo de formalização.

5.2. Já funcionalistas do estruturalismo europeu, como Bühler, Martinet, Halliday, reconheciam a ambigüidade do termo função: de algum modo, consideravam o caráter social da linguagem e a relevância, em seu estudo, além das funções estruturais, das motivações constituídas no contexto interativo e comunicativo da lin-

guagem, ou seja, em situações de discurso. Entretanto, uma concepção instrumental limitava as conseqüências dessas motivações (exceção feita, talvez, à reflexão de Benveniste) a vagas correspondências entre modos de expressão e essas funções discursivas externas. São exemplos a teoria da dêixis e da anáfora de Bühler, o princípio da dupla articulação de Martinet, o sub-nível intertextual do sistema de Hallyday. Ou seja, trata-se, ainda de uma teoria da 'língua' (e não da linguagem) em que se mantém a autonomia sistêmica da gramática. Esta se resolve no quadro das propriedades internas de uma semiologia estrutural e se "socializa" nas instâncias efetivas de uso.

Também o programa gerativista não deixa de reconhecer a importância de fatores funcionais sociais (em sentido abrangente) que interferem nos processos gramaticais em situações de uso, aquisição e mudança da linguagem. Mas, por princípio, a teoria gerativa não atribui a esses fatores qualquer relevância para a explicação do I-sistema da Gramática Universal – necessariamente inato, individual, interno, intencional. Trata-se de uma teoria da "competência" (e não, outra vez, de uma teoria da linguagem).

Não se trata aqui de uma questão relativa à organização interna da gramática e, nela, à concepção da sintaxe, mas relativa à autonomia da gramática ela mesma. E é nesta questão mais geral que algumas teorias funcionalistas, ao postular a relevância da atividade coletiva e do contexto social e histórico da linguagem na constituição do sistema gramatical, distanciam-se radicalmente da concepção de linguagem do modelo gerativista e, mesmo, de sua concepção de teoria e da prática científica.

Convém exemplificar esses aspectos.

5.2.1. Nas tendências funcionalistas que agora considero, a gramática ou as representações gramaticais constituem um mecanismo de mediação entre forma (no sentido de 5.1.1) e função, entendida esta como uma família de fatores contextuais, condições pragmáticas de

uso e restrições de desempenho. Posições mais radicais, como as de Bates e McWinney (pelo menos nas declarações de princípio) advogam a possibilidade de ancorar inteiramente a descrição gramatical nas análises que explicitam a correlação entre as expressões e tais funções pragmático-discursivas. Nesse cúmulo de variáveis, entretanto, ficam inexplicadas propriedades evidentes da linguagem - a parcial mas extensa arbitrariedade da relação entre "forma" (mesmo a diretamente observável das expressões) e sua significação (mesmo e sobretudo quando sentido e uso se identificam); o alto grau de regularidade de inúmeros processos e representações.

Funcionalistas, ainda, como Givón, Hopper, Thompson, Traugott, Naro no Brasil (com as diferenças a que não cabe referência aqui), mantêm a explicação dos fatos e propriedades gramaticais fundada no trabalho de adequação da expressão a suas funções interativas e comunicativas e, pois, se interessam pela linguagem em uso real, com a inevitável na variação - histórica, social, aquisicional - e as restrições de desempenho e uso. Aditem, entretanto, a constituição de estruturas relativamente estáveis e, no limite, parcialmente arbitrarias da sintaxe das línguas naturais. A explicação da existência da "gramática" (o conjunto estruturado dos recursos expressivos em uso em uma língua natural) não pressupõe mecanismos biológicos ou mecanismos formais internos ao próprio sistema: a regularidade sistemática - considerado um domínio delimitado ou um flagrante sincrônico da linguagem - se deveria à natural busca da eficiência expressiva e comunicativa, explicitada em termos de alguns princípios. Pode-se assumir que construções mais estáveis e mais simples expressem noções mais comumente utilizadas na descrição estruturante das situações. E que "simples", neste contexto, significa "gramaticalizar" a estrutura sintática que se possa fazer corresponder mais próxima e diretamente à estrutura conceitual e às intenções funcionais. Lembrem-me aqui os princípios de economia e iconicidade de Haiman. Mais intuitivamente, outros se referem a processos de gramaticalização e de rotinização. Os primeiros esvaziam de seu

conteúdo descritivo itens lexicais, tornando-os funtores sintáticos ou mesmo esquemas de construção que privilegiam com sua função e sentido “gramaticais”; esquemas e construções se “rotinizam” pela sua eficácia instrumental (e até poderiam “lexicalizar-se” como recentemente propuseram Fillmore, Kay, Goldberg em sua Gramática de Construções). Tais processos podem comparar-se aos que determinam a organização dos comportamentos culturalmente socializados enquanto “praxis”, como a convenção e a norma.

Como se observa, é ao próprio “objeto epistemológico” do gerativismo chomskyano que esse tipo de funcionalismo se opõe: coloca-se em dúvida a existência mesma de uma gramática universal como propriedade de um sistema biológico inato especificamente lingüístico. A oposição se torna bem nítida quando a posição filosófica de Chomsky se expressa radicalmente no “minimalismo”: o sistema biológico se apreende pela concepção técnica da linguagem como I-linguagem; suas propriedades se apreendem pelo símile das linguagens formalizadas engendradas indutivamente. A aposta de Chomsky (já que “ato de fé” não lhe caberia ideologicamente) é que desse ‘programa’ biológico se pode falar adequadamente em termos de um “programa” computacional e estender-lhe as propriedades de uma “linguagem” e sistema formais: são propriedades intrínsecas do sistema a determinação, no sentido forte de alcançada em uma derivação construtiva, regida por princípios internos de economia e não redundância e por princípios metodológicos de necessidade conceitual e de “elegância” e simplicidade dos processos e representações.

5.2.2. O importante a notar é que a concepção de linguagem no “minimalismo” (o pressuposto da “linguagem perfeita” enquanto objeto epistemológico, suscetível de conhecimento científico) é uma hipótese empírica sobre as propriedades da gramática universal (enquanto “programa” construtivo inscrito na mente humana). Não se trata, pois, de metacritérios da prática científica, propriedades da metalinguagem representativa ou do instrumento lógico utiliza-

do no sistema. Assim, a hipótese da “linguagem perfeita” é “formalista” em um sentido muito forte com conseqüências imediatas para a prática científica.

Procuremos compreender como tal concepção estreita a exigência de “formalismo”. Chomsky tem repetido que o sentido mais abrangente de “gerativismo” é o de uma “teoria explícita”. Obviamente, a explicitude é condição mínima da ciência enquanto prática social: excluem-se a vaguidade, a anfibologia e o artifício retórico, para atender à exigência de se colocarem dados e hipóteses, processos analíticos e resultados teórico-explicativos, à disposição da crítica, à confirmação alheia e, em última instância, à correção e à falsificação. Neste sentido, o princípio da explicitude é ético, mais do que metodológico. Chomsky, portanto, quando se refere ao gerativismo como, minimamente, uma teoria explícita está cobrando mais do que isto. Um primeiro passo seria dispor de uma metalinguagem simbólica bem determinada no sentido técnico do termo. Dada, porém, a concepção de linguagem adotada e o objeto científico recortado, o gerativismo, além de ser uma teoria explícita nesse sentido, não pode ser senão uma teoria formal no sentido mais estrito de associar ao conjunto das expressões - construído como a classe indutiva derivada pelo sistema (no caso em estilo computacional) - um cálculo inferencial e preditivo.

No sentido forte da hipótese chomskyana de trabalho - a da “linguagem perfeita” - não há dúvida de que o funcionalismo aqui referido é anti-formalista. Não se podem entender como propriedades da linguagem objeto as propriedades de modelos formais que eventualmente simulem operações e processos linguagísticos. A explicação científica continua no campo das relações fatuais entre objetos e acontecimentos, mesmo quando suscetíveis de representar-se ou modelar-se formalmente. Entretanto, o anti-formalismo se estende pela rejeição da exigência de formalização como requisito metodológico intrínseco das teorias; o uso eventual de instrumentos lógico-matemáticos têm somente um caráter procedimental:

coloca em evidência, antes, propriedades do fenômeno linguagístico e operam, a posteriori, na argumentação e avaliação de coerência.

5.2.3. Além de as teorias se contraporem pelo recorte (no mesmo fenômeno?) de diferentes objetos epistemológicos, é o próprio conceito metateórico de explicação científica que entra em jogo. No caso de teorias hipotético-derivacionais, como a de Chomsky, as hipóteses de trabalho se estabelecem por um processo de abdução (no sentido de Peirce). Por elas já se impõem restrições abstratas à teoria, que se estrutura de modo a confirmá-las indiretamente pela adequação empírica dos resultados que nela se derivam no processo construtivo ou se deduzem no processo inferencial. Embora os procedimentos indispensáveis da prática “laboratorial”, como primeiro acesso ao campo de pesquisa, permita a observação de correlações e a formulação de generalizações descritivas, estas não possuem qualquer estatuto teórico-metodológico enquanto tais, a não ser quando derivadas ou deduzidas no sistema. Embora as hipóteses de trabalho e os critérios iniciais de análise suponham a observação e mesmo o exercício discursivo da linguagem, as propriedades do sistema de fenômenos que se investiga são abstratas e não diretamente observáveis, mas apreendidas como conseqüências da teoria. A explicação científica se concebe, pois, como um processo dedutivo, estruturante e preditivo.

Bem ao contrário se espera da tendência funcionalista que examinamos nos sub-itens acima. Se a investigação científica da linguagem tem por objeto a relação entre a forma das expressões e as funções comunicativas a que se prestam no discurso, as questões relevantes de construção e de sentido dizem respeito às relações, formas e interpretações que se autorizam no uso. E o uso é sujeito à variação tipológica ou circunstancial, dependente de condições mediatas históricas e sociais e de condições imediatas da situação discursiva (e não somente de parâmetros internos ao próprio sistema). E a variação, embora sujeita a essas forças funcionais externas, não é ela mesma externa ao sistema gramatical; ao

contrário, pressupõe uma gramática dinâmica e aberta, no sentido de possuir em si mesma mecanismos de reajuste e recomposição, mesmo na interação discursiva dos falantes adultos (e não somente no processo de maturação da aquisição ou no curso da história). E se a forma gramatical é assim constituída, as questões relevantes, além da descrição, serão respondidas à medida em que se estabeleçam relações sistemáticas entre as construções sintáticas, seu sentido e sua função discursiva. Aqui, a explicação científica não se faz pelo esforço de abstração dos dados, mas pelas correlações (quantitativa e qualitativa) entre eles, diretamente constatáveis pela identificação das condições e restrições textuais e contextuais de contiguidade, coocorrência, paralelismo, etc., e traduzíveis em termos implicacionais ou de relações de causa-efeito. A estabilidade e a equilibração relativa dos esquemas estruturados, a freqüência de ocorrências e sua maior probabilidade em determinados contextos, os processos de generalização indutiva, isto têm, agora, importante papel metodológico. A explicação científica se concebe, então, como fatural e projetiva - quando se passa dos “*corpora*” analisados às generalizações de uma teoria da linguagem.

5.2.4. Observe-se que as conseqüências se estendem aos procedimentos de acesso aos fenômenos e à seleção dos dados relevantes na argumentação empírica. No programa funcionalista considerado aqui, os fatos lingüísticos se apreendem no discurso - em um sentido amplo que incorpora, além do texto produzido, condições controláveis da produção. Daí a importância das técnicas de coleta dos dados que assegurem *corpora* representativos e dos procedimentos de análise qualitativa e quantitativa a que já me referi antes em 4.3. O objeto epistemológico do programa é a língua em uso e, pois, os dados objetivos a isolar, categorizar, relacionar são o uso das expressões, suas condições e os processos estruturantes nele envolvidos.

Bem ao contrário, para a elaboração de uma teoria da competência, o acesso aos dados se dá pela avaliação dos falantes da

gramaticalidade ou agramaticalidade de expressões lingüísticas notadas ou construídas pelo investigador segundo o critério único de relevância: investigar os efeitos e as condições de aplicação das operações do sistema derivacional e a extensão da Gramática Universal. Esta, como dissemos, é o cálculo da função semiótica, independente, pois, das expressões variáveis que lhe dão conteúdo intensional e das motivações para seu emprego. Ou seja, a análise das expressões das línguas naturais e os fatos linguagísticos que evidencia têm um papel, digamos, pragmático - de "transparências" - na elaboração teórica: interessam os fatos cruciais que deixem vislumbrar, à perspicácia criadora do gerativista, de saída, os requisitos do mecanismo gerador das representações abstratas do sistema - insuscetível de direta investigação - e, na volta, a projeção necessária à avaliação das predições e à extensão a fatos não antes correlacionados. Estritamente falando, a descrição da "gramática" de línguas naturais é um sub-produto da pesquisa, sobretudo no programa minimalista.

5.2.5. Podemos concluir este item. Nas situações consideradas em 5.1 - estruturalismo (formalista ou não) e funcionalismo (interno) são compatíveis: *não necessariamente* excludentes: faz-se a divisão de trabalho entre análises sob famílias exclusivas de critérios, convergindo de sistemas relativamente autônomos em uma teoria das línguas naturais.

Ao contrário, os programas de investigação descritos neste item 5, são inteiramente incompatíveis: referem-se a diferentes objetos de conhecimento dando ao termo "linguagem" diferente sentido técnico-teórico; vão além, quando se contrapõem pelo modo em que concebem prática científica e teoria; e como consequência, se impõem um conjunto oposto de princípios metodológicos. Neste caso, não se pode falar de solução de compromisso ou de complementaridade quando as teorias se referem direta ou indiretamente aos mesmos fenômenos ou tomam, sobre eles, as mesmas intuições como ponto de partida da refle-

xão teórica. Nesse caso, pode-se até pensar que modelos incompatíveis venham a ser tematizados (no sentido de Cavailès) em um outro sistema formal que os tome como conteúdo, resolvendo, - sob outros pressupostos e em outro plano de abstração -, as contradições dos sistemas nele subsumidos. Parece-me difícil entrever as linhas desse projeto. Até porque o funcionalismo, embora proporcione elementos de convicção em distintos domínios que apontam para uma teoria lingüística e gramatical dependente de fatores externos, não se construiu um modelo que, por um lado, integre entre si os vários aspectos dinâmicos da linguagem a que atribuem relevância explanatória, por outro lado, explique nesse sistema os mecanismos de formação e recomposição abertas das estruturas gramaticais.

Uma rápida comparação acho que tornará visível a diferença de concepção. Na teoria chomskyana, o formalismo da sintaxe é o cálculo da função semiótica associando os sistemas cognitivos fonológico-morfológico e conceitual das línguas naturais. Trata-se de um modelo hipotético do aparelho biológico da linguagem, concebido como uma "linguagem interna" - propriedade desse sistema orgânico. Entende-se por que a "sintaxe" subsume, inclusive, processos, operações e conceitos ditos "semânticos" em outras teorias. Nas teorias categoriais - de Lesniewsky por Bar-Hillel a Steedman - forma da expressão e forma do conteúdo (para lembrar a mesma intuição em Hjelmslev), igualmente estruturadas, se relacionam enquanto instanciações simbólicas de um mesmo cálculo abstrato (não necessariamente lingüístico). Entende-se por que Montague pensava o modelo como parte das matemáticas.

Semântica/sintaxe: modelo em maior nível "funcionalismo", entretanto, se refere mais comumente às descrições e explicações de propriedades gramaticais das expressões em que entram em jogo seu papel na comunicação: recorre-se a noções provenientes de uma "semântica do mundo real", como as funções se-

mânticas, ou mesmo e mais, a funções pragmático-discursivas. Para já incluir um outro eixo de ambigüidade, as análises funcionais recorrem, ainda, a critérios e fatores externos resultantes da interação e pré-condições sociais nos processos textuais e discursivos. Ora, mesmo neste caso, se não se identifica o contexto teórico dessas análises, não se pode dizer, sem mais, que esse procedimento é incompatível com a aceitação de um arcabouço estrutural ou com a concepção de uma sintaxe e uma gramática autônomas, ou seja, com a admissão de que existem na linguagem propriedades sintáticas e gramaticais sistemáticas, arbitrárias e não motivadas por quaisquer fatores semânticos e contextuais.

Quando é que isso ocorre.

Acentuação pelos dois lados.

Isso é que leva alguns como Newmeyer a falar em complementaridade, uma possibilidade teórica entre outras.

Entretanto, nada disso vale para o debate que se estabeleceu no Brasil.

Noção de explicação: Anti-formalismo - o conceito metateórico de explicação científica se traduz não em termos de processos formais dedutivos, mas a partir de correlações (causa/efeito, motivações/conseqüências) estabelecidas entre categorias de expressões no contexto, ou entre expressões e os efeitos de sentido produzidos no contexto comunicativo;

Realismo observacional - a tarefa científica não é a construção de objetos estruturais, seja enquanto simulacros representativos das propriedades sistemáticas da linguagem, seja enquanto hipótese empírica sobre o organismo mental da linguagem; trata-se de

descrever de objetos estruturais (derivados ou representados formalmente) com as propriedades de explicitude, determinação, preditividade;

Se não consideramos os arroubos retóricos dos contextos polêmicos, e declarações de princípio desmentidos pela análise lingüística realmente praticada,

Como observei antes, olhando pelo lado do funcionalismo, para uma resposta adequada e abrangente, ter-se-ia que levar em conta pelo menos dois vieses de distinção: a pluri-ambiguidade do termo "função" e, de um modo nem sempre correlacionado ao anterior, a gradualidade entre extremos que depende dos diferentes modos de conceber a gramática e, nela, a contribuição e o caráter da sintaxe.

MINIMALISMO. Síntese dos pressupostos.

1. Rejeição do dualismo metafísico.

1.1 - Abordagem naturalística aos aspectos lingüísticos e mentais do mundo: a teoria da linguagem de N. Chomsky pressupõe um estudo da mente que considera a linguagem e fenômenos similares como elementos do mundo natural, a serem estudados pelos métodos da investigação empírica.

1.2 - Antecedentes: unitaristas do princípio do século XIX. Certamente, nem tudo se reduz à matéria, mas a matéria, tal como concebida na perspectiva de duas diferentes "substâncias" - alma/mente e corpo/físico - não existe. Os poderes ou potencialidades do pensamento, da sensação ou da percepção são propriedades de um certo sistema orgânico de matéria. (J. Priestley).

2. Rejeição conseqüente do dualismo metodológico:

2.1 - Esse ponto de vista, tranqüilamente assumido nas ciências da natureza, se considera tradicionalmente como inaplicável às ciências cognitivas, a lingüística em particular. Em algum lugar se coloca entre elas uma fronteira. Pressupõem-se critérios independentes na avaliação das teorias e das entidades que postulam. Esse "dualismo

metodológico” é muito mais pernicioso do que o “dualismo metafísico” que, em última análise é naturalístico em espírito.

2.2 - [Não há, salvo por um “ato de fé”, como desconhecer a força da argumentação chomskyana contra o dualismo. Há, porém, uma outra forma de “dualismo metodológico” (em uma formulação mais fraca) que não parece incompatível com a rejeição do “dualismo metafísico”, quando se fala da “linguagem”: de um modo grosseiro e muito simplificado a contraposição entre o aparelho biológico, geneticamente programado, e o sistema simbólico enquanto instrumento de uma ação humana reflexiva sobre “representações” e signos].

2.3 - A rejeição desta distinção se justifica, em Chomsky, por uma “identificação” [metafórica?] dos processos “mentais” (e aqui sem qualquer compromisso metafísico) e UMA linguagem (I-language).

3. Naturalismo internalista.

3.1 - O projeto chomskyano visa a entender (e explicar) estados internos do organismo. Interessa-se pelo estudo da linguagem e outros sistemas cognitivos, enquanto faculdade/órgão, de um modo análogo àquele pelo qual estuda um órgão como o olho ou o coração, buscando determinar:

- suas características em um indivíduo dado;
- as propriedades gerais, invariantes de uma espécie a outra, abstração feita de todo déficit fragrante;
- seu lugar em um sistema de estruturas desse tipo;
- o curso de seu desenvolvimento [maturação];
- o fundamento genético desse desenvolvimento;
- os fatores que dão origem a esse órgão mental [diferenciado] no curso da evolução.

3.2 - Um estudo naturalista não está limitado a essa perspectiva. Pode-se pensar (como em 2.2) em um projeto de investigação que suponha um fundamento genético sem atribuir-lhe características

lingüísticas específicas, admitindo, sobretudo, uma construção resultante da interação interior/programa e exterior/atividade do sujeito. Mas não há uma teoria lingüística explícita nessas linhas.

3.3 - Ou mesmo, embora comprometido com uma pesquisa naturalística, alguém pode consistentemente acreditar que compreenderemos melhor o homem interrogando-nos sobre como pensa, sente e age, via história, estudo dos sistemas culturais, dos processos sociais de interação humana e até “lendo novelas” ou via estudos etnográficos ou “folk-theories” analisando como o próprio homem “explica” fenômenos, como a constância dos objetos, a natureza e a causa dos movimentos, o pensamento a ação e assim por diante.

4. Como fazer isso? A abdução enquanto modo de conhecimento.

4.1 - Na impossibilidade de uma investigação direta ou direta intuição, a teoria se constrói por um processo de abdução: ele se assenta, inicialmente, em um conjunto de pressupostos mais gerais sobre a própria natureza humana e a natureza do sistema investigado, mesmo sabendo, ou talvez por que se saiba que não se sabe, em princípio, como proceder - com quais conceitos e estruturas - para realizar o projeto unificador e nem mesmo se a questão se inclui entre as que nossas possibilidades de conhecimento. Como Chomsky observa, tem-se que admitir que os sistemas cognitivos e a linguagem continuam biologicamente inexplicados, mas não há porque excluir que sejam biologicamente explicáveis. Nesse sentido é que o “minimalismo” (como aliás, sempre, a teoria gerativa na versão chomskiana) é um programa de pesquisa.

4.2 - Mais adiante, consistentemente, da análise empírica das propriedades das expressões lingüísticas, em vez de realizar generalizações indutivas, formulam-se hipóteses sobre a estrutura interna (no sentido acima) que tenham um valor explanatório no sentido de que: - se formulem de um modo explícito e formal, mesmo que não estritamente formalizado (que possibilitem avaliação e eventual falsificação);

- tenham capacidade projetiva e preditiva (possibilitem introduzir as hipóteses em processos dedutivos que correlacionem instanciações a princípios gerais mais abstratos).

4.3 - A avaliação da teoria se faz, principalmente, mediante dois processos convergentes: por um lado, utilizam-se meta-critérios de simplicidade, elegância, não redundância, consistência e coerência internas, comuns em toda investigação teórica que satisfaça a exigência da explicitude; por outro lado, a teoria deve mostrar como se passa, da estrutura inicial que representa as hipóteses empíricas mais gerais sobre a linguagem aos aspectos peculiares da sua instanciação nas expressões das línguas naturais.

4.4 - Pressupõe-se que as hipóteses sejam compatíveis com o que se sabe e com o que parece razoavelmente provável nas ciências naturais.

II. A CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM DE CHOMSKY (enquanto objeto de estudo)

1 - Ineísmo

Na inexistência de melhor e mais simples hipótese, pode-se postular que a faculdade/órgão da linguagem tem um “estado inicial” geneticamente prefixado, que determina as propriedades específicas das expressões: um “sistema cognitivo” (competence) que de algum modo armazena a informação relevante e um sistema de desempenho (performance), totalmente determinado pelo primeiro, que faz uso dessa informação para a articulação, a percepção, para falar sobre o mundo, fazer questões, contar piadas, e assim por diante.

1.1 - A adoção da hipótese ineísta, por Chomsky, resulta de uma atitude humanista radical. A hipótese empiricista alternativa do cérebro como uma “tabula rasa” [tudo resulta das “impressões” da experiência e de processos de generalização] é, *também*, rejeitada.

por razões, digamos, ideológicas: a crença de que o espírito humano é “vazio” fornece uma justificação a todo tipo de sistemas autoritários. Todo método para talhar os espíritos a seu bel prazer e interesse seria legítimo. Tudo termina em uma espécie de esquema fascista ... embora nós, que somos os bons, trataremos de construir um bom contexto situacional e o mundo será feliz.

1.2 - Mesmo a dependência contextual do desenvolvimento dos sistemas cognitivos pode levar a admitir-se que os homens possam dividir-se em castas não somente diferenciadas cognitivamente, mas intrinsecamente mais ou menos “capazes”. Não se deve supor que a humanidade contenha diferentes sub-espécies.

1.3 - O argumento retórico mais freqüentemente utilizado, porém, por Chomsky, é a inexistência de teorias lingüísticas explícitas que possam ser analisadas no nível teórico e empírico da teoria ineísta. De certo modo, o ineísmo seria a hipótese nula.

2 - I-language/E-language

No domínio da linguagem, o indivíduo passa por diferentes estágios até chegar a um estado relativamente estável. A questão agora é: qual é a natureza do “estado inicial”, ou seja, em que consiste a natureza humana sobre esse ponto? Evidentemente a experiência é necessária para chegar-se ao “domínio” e uso da linguagem. Assim, pode-se considerar o “estado inicial” como uma função que aplica a experiência sobre um estado estável. Em outros termos, o indivíduo dispõe de um “programa genético”, com um número limitado de “objetos”, “operações” e “princípios” que, à medida em que se desenvolve (“cresce”) lhe permite “derivar” um infinito conjunto de estruturas, que lhe permitem um “infinito uso” para comunicar-se e expressar-se.

2.1 - Distinguem-se esses dois aspectos (interno e externo) usando o termo I-linguagem para referir estado inicial interno da mente (I = “internal”) de um indivíduo, independentemente da

“linguagem da comunidade” a que pertence” (I = “individual”): tecnicamente, uma função especificada em intensão (I = “intensional”). Embora não seja uma necessidade lógica, a hipótese mais simples é a de que não haja distintas I-linguagens que engendrem o mesmo conjunto de estruturas.

2.2 - Uma I-linguagem particular, enquanto instanciação do estado inicial do sistema cognitivo da faculdade da linguagem, constitui um procedimento gerativo que constrói representações abstratas p e l, interpretáveis como duas interfaces de um sistema computacional - respectivamente o sistema articulatório-perceptual e o sistema conceitual-intensional, estas, por sua vez, entendidas como “instruções” ao sistema de desempenho. Um princípio generalíssimo (FI = “full-interpretation”) assegura que as representações p e l comportem somente “objetos legitimados”: os que recebem uma interpretação fonética ou semântica.

[Nesse sentido, pode-se dizer que a sintaxe - enquanto processo restrito de construção dessas representações - constitui um “cálculo” da função semiótica que relaciona expressões a seu sentido].

2.2 - Os conceitos de estrutura e de “strong-generation” (ou seja, o processo de engendrar essas estruturas) é que são centrais na (o objeto da) teoria linguística na concepção de Chomsky.

2.3 - Os conceitos de “expressão bem formada” e de “weak-generation”, pertinentes no estudo das linguagens formais, em que as expressões da linguagem (E-linguagem = “external” e “extensional”) são construídas mediante estipulações prévias, têm pouco interesse, se têm algum, nessa perspectiva.

3. Optimalidade

O processo derivacional não deve, pois, simplesmente “engendrar” as representações p e l, ou seja estruturas que, de algum modo, sejam associáveis a expressões das línguas naturais. Lembre-se que a I-linguagem não corresponde a uma “formalização”

dentre as muitas possíveis por abstração das expressões da E-linguagem (avaliada por sua capacidade gerativa fraca). É uma hipótese sobre a natureza da mente e deve, pois, corresponder a um análogo teórico de hipóteses empíricas sobre a natureza da linguagem. Deve, pois, conter opções fortemente restritas. Nesse sentido ela deve possuir propriedades específicas: fazer asserções sobre a natureza da mente humana que possam ser analisadas e falseáveis.

3.1 - As derivações devem satisfazer algumas condições naturais de economia - como localidade do escopo de operações, ausência de "passos supérfluos", redução de princípios formulados disjuntivamente, etc. Não se confunda, porém, o estatuto dessas condições com o de metacritérios (cf. I, 4.3) que se aplicam de um modo geral na investigação racional e na formulação de teorias explícitas e na avaliação de teorias concorrentes (como se pensava nas primeiras versões da teoria gerativa). Trata-se agora de noções internas à própria teoria da Gramática Universal e que desempenham um papel importante na caracterização das propriedades da linguagem: são parte integrante do procedimento que determina a relação entre a I-linguagem e a experiência.

3.2 - A opção "minimalista" reduz a I-linguagem exclusivamente aos aspectos formais sintáticos: uma teoria da linguagem que considera uma expressão lingüística como nada mais do que um objeto formal que satisfaz otimamente as condições das interfaces. A questão não é somente: qual a natureza da linguagem? Mas: até que ponto a linguagem é perfeita?

3.3 - Note-se, ainda, que os conceitos, operações e processos que a teoria postula e com que opera estão sujeitos ao crivo estrito de "necessidade conceitual", ou seja, nada se postula que não seja estritamente indispensável para a explicação do fenômeno da linguagem tal como se concebe: a faculdade da linguagem, ao contrário de outros sistemas biológicos, não é redundante, no sentido de que um fenômeno particular não é "sobredeterminado" ("overdetermined") por princípios da linguagem.

4 - Especificidade

A faculdade da linguagem é um componente cognitivo específico: especificamente lingüístico. Na história do gerativismo os princípios abstratos universais tiveram, mesmo na Teoria de Princípios e Parâmetros um conteúdo lingüístico evidente (projeção de propriedades temáticas, sujeito especificado, etc.), Chomsky continua afirmando que ela é “altamente especializada”, embora os princípios de economia não pareçam, à primeira vista, responder a essa qualidade.

4.1 - A faculdade da linguagem deve ser única entre os sistemas cognitivos, ou mesmo no mundo orgânico, exatamente na medida em que satisfaz (satisfaça) esses pressupostos minimalistas. De fato, se as propriedades que se atribuem como hipótese de trabalho à linguagem dificilmente se observam nos sistemas biológicos, especialmente a capacidade de um engendramento infinito de objetos abstratos discretos, formando muitas vezes complexas estruturas, a ausência presumida de “redundância”. Os resultados da pesquisa, porém, levam Chomsky acreditar que não se trata de um mero artefato, refletindo um modo de investigação, mas de uma surpreendente confirmação da especificidade do processo estudado.

4.2 - Outra marca de especificidade da linguagem resulta das condições impostas exteriormente ao processo derivacional, ao nível das interfaces (“bare output conditions”). São condições impostas pelos sistemas que fazem uso da informação oferecida pelo sistema computacional.

4.3 - Outra propriedade específica da linguagem a distingue de outros sistemas simbólicos (particularmente, linguagens formais, linguagens de programação). Considere-se que, embora caracterizado como um sistema formal e abstrato, o mesmo programa estrutural permite engendrar expressões distintas em inúmeras línguas naturais: o fator de variação é a morfologia (diferente seleção de traços formais, eventualmente diferentes parâmetros na aplicação de prin-

cípios). E não se trata somente de uma diferença lexical, na medida em que diferenças morfológicas motivam diferentes ordenações (e amálgamas) dos constituintes na seqüência sonora.

4.4 - Conseqüência da disparidade (ou complementaridade) entre a morfologia, pelos movimentos necessários à “checagem dos traços”, e a estruturação da hierarquia dos constituintes responsável pela adequada atribuição das funções semânticas (“Q-roles”), a sintaxe das línguas naturais se caracterizam marcadamente por “propriedades de deslocamento”: objetos aparecem no output sensorial em posições deslocadas daquelas em que devem ser interpretadas.

4.5 - Com essas observações, note-se que o programa minimalista, reafirma o pressuposto da especificidade da I-linguagem de um modo indireto e modalizado.

5. I-linguagem é sintaxe

5.1 - Na teoria de Princípios e Parâmetros, a Estrutura Profunda (EP) resulta da projeção de propriedades estruturais dos itens lexicais: o princípio de projeção determina e restringe as estruturas argumentais. EP se transforma, via move-a, em Estrutura-S (ES) que é o output da interpretação fonética. Por sua vez ES se transforma, ainda por aplicações de move-a e por eventuais processos de coindexação e reconstrução destinados à identificação “referencial” (em um sentido específico) e à recuperação de elementos elípticos, em uma representação lógica (FL) que é interpretada semanticamente.

5.2 - O programa minimalista, com base no princípio de “necessidade conceitual”, reduz os níveis de representação e limita o domínio sujeito a condições sintáticas sobre representações à FL. Em relação à EP, o argumento mais forte de Chomsky (1993) é que a postulação desse nível de representação envolve a hipótese de que restrições como as do Critério-q e do princípio de projeção operam na sintaxe. Tais princípios são duvidosos do ponto de vista de sua relevância conceitual: se não satisfeitos em uma expressão, esta

recebe uma interpretação desviante na interface. São, pois, princípios semântico-interpretativos.

5.3 - Nesse programa, todas as condições sobre representações, inclusive "Full Interpretation", operam na FF e na FL. À FL, em que operam, também, condições léxico contextuais, chega-se por um processo derivacional (um sistema computacional): elementos trazidos do léxico projetam disjuntas estruturas unidas por transformações generalizadas, entre as quais move-a. A FL é, pois, a única representação sintática: dispensam-se a Estrutura Profunda e Estrutura-S. Spell-out, para a interpretação fonética, opera sobre uma estrutura intermediária resultante do processo (não uma representação autônoma) em qualquer ponto da derivação.

5.4 - O termo "Forma Lógica" pode levar a equívocos. Embora contenha instruções precisas para a interpretação semântica, estas se restringem a aspectos "sintáticos": traços categorias sintáticos que se possam associar a categorias semânticas canônicas, configurações sintáticas que permitam associar argumentos a papéis-Q, inclusive "recuperando-as" de eventuais "deslocamentos" mediante cadeias que associam posições, relações sintáticas entre operadores e elementos no escopo das operações, condições sintáticas de dependência "referencial", etc. Forma Lógica e Forma Gramatical se identificam.

5.5 - O estudo da I-linguagem nada tem a dizer sobre alegadas relações que se estabelecem entre expressões e coisas ou algo assim, nem sobre intuições a respeito de noções técnicas - "denotação", "referência", "valores de verdade" - que os estudos semânticos e a filosofia contemporânea exploram. Chomsky busca mostrar em seus artigos recentes (retomando reflexões bem anteriores) que o estudo da linguagem natural, na perspectiva em que o situa, em nada se beneficia dos estudos de uma semântica referencial. Textualmente: "não é nada claro que uma teoria da linguagem natural e seu uso envolva essas relações. Mais: não lhe parece que exista uma conexão especial entre atribuição de verdade e falsidade e al-

guma noção de denotação ou referência em qualquer que seja o sentido do discurso filosófico ou técnico.

5.6 - Algumas indicações orientam para a possibilidade de uma "semântica representacional". Quando se pergunta se, entre as suposições sobre as relações de interface e o modo em que intervêm no pensamento e na ação, deveria incluir relações entre as expressões e as coisas externas, adverte: é preciso distinguir duas variantes:

- coisas que estão no mundo, e
- coisas em algum tipo de modelo mental, representação discursiva, ou algo parecido.

Se assumimos a segunda, o estudo é ainda internalista: uma forma de sintaxe. Se assumimos a primeira, uma análise mais cuidadosa mostrará que a teoria da verdade é uma que dê conta da comunicação se constrói em termos de "entidades partilhadas pelos interlocutores", muitas vezes de um muito estranho tipo.

5.7 - Por esse "ceticismo com respeito à semântica" Chomsky chega a supor que, possivelmente, as línguas naturais têm somente sintaxe e pragmática. O termo "semântica" poder-se-ia empregar somente no sentido de um estudo de como esse instrumento, cujas estruturas formais e potencialidades das expressões são objeto de investigação sintática, é efetivamente posto em uso em uma comunidade de fala.

BIBLIOGRAFIA

ALTMAN, Cristina. 1998. *A Pesquisa Lingüística no Brasil. (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP.

DI TROCCHIO, Federico. 1999. *Las mentiras de la ciencia*. Madrid: Alianza Editorial

FRANCHI, Carlos. 1977, Linguagem – Atividade Constitutiva. *Almanaque*, 5. 9-27.

—1999. Antonio Candido: a passagem pela Unicamp. In: Aguiar, Flávio (org.) *Antonio Candido: pensamento e militância*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP.

- ILARI, Rodolfo. 2001a. Texto em Homenagem a Carlos Franchi.
- 2001b. Trechos de uma entrevista com Carlos Franchi. Caderno Temático - *Jornal da Unicamp* . ano I, n.9. 4-5.
- LOBATO, Lúcia. 2000. A Gramática Gerativa no Brasil. *Fórum Lingüístico*. v. 2, n. 1. 129-148.
- PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. 2001. Apresentação: Semântica de Eventos e Semântica de Nominais. Revista *LETRAS*. Curitiba. 117-128.
- URIAGEREKA, Juan. 1995. Los senderos que se bifurcan (sobre la explicación lingüística y biológica). *Cadernos de História e Filosofia da Ciência. Campians*, série3, v.5, n. especial. 59-102.
- WACHOWICZ, Teresa Cristina. 2001. Notas de Leitura: Badiou 1996. Revista *LETRAS*. Curitiba. 181-195.